

BURGUESIA INDUSTRIAL E POLÍTICA: ENGAJAMENTO E AÇÕES DOS EMPREENDEDORES NAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS

BOURGEOISIE AND INDUSTRIAL POLICY: ENGAGEMENT AND ACTIONS
OF ENTREPRENEURS IN UNDERDEVELOPED ECONOMIES

Paula GUARALDO

Doutoranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras Pós-Graduação em Sociologia – Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – paulaguaraldo@yahoo.com.br

RESUMO: O tema Desenvolvimentismo, Modernização e Teoria Social motivou o desenvolvimento do presente artigo, cujos autores estudados foram Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A proposta é discutir o engajamento e as ações políticas dos empresários e empreendedores nas economias subdesenvolvidas em busca da explicação da atividade empresarial nas condições de mercado e no tipo social do empreendedor brasileiro. O debate levará em conta o momento político da sociedade para o desenvolvimento das análises e argumentos a serem apresentados, aprofundando-se em questões como a relação entre empreendedores e capitalismo, sua atuação nas economias subdesenvolvidas e o desenvolvimento econômico por meio da política nacional.

PALAVRAS CHAVES: Burguesia industrial. Política. Economias subdesenvolvidas.

ABSTRACT: *The theme Developmentalism, Modernization and Social Theory, motivated the development of this article, which studied authors were Fernando Henrique Cardoso and Octávio Ianni. The proposal is discuss the engagement and the political actions of business owners and entrepreneurs in economies underdeveloped in the explanation of search activity business in market conditions and the type of social Brazilian entrepreneur. The debate will take into account the political momentum for the development of society analysis*

and arguments to be presented, deepening on issues such as the relationship between entrepreneurs and capitalism, its performance in the underdeveloped economies and economic development through national policy.

KEYWORDS: *Industrial bourgeoisie. Political. Underdeveloped economies.*

1 Introdução

O tema do artigo é fruto de discussões e levantamentos bibliográficos ligados ao tema Desenvolvimentismo, Modernização e Teoria Social. Dentre os autores estudados colocamos nosso foco em Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente na obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1972). Octávio Ianni também colaborou com o desenvolvimento do trabalho por meio da obra *Estado e capitalismo* (1989), com o respaldo de bibliografia complementar.

A partir da leitura e reflexão das obras citadas, a proposta do presente trabalho é discutir o engajamento e as ações políticas dos empresários e empreendedores nas economias subdesenvolvidas em busca da explicação da atividade empresarial nas condições de mercado e no tipo social do empreendedor brasileiro. O debate levará em conta o momento político da sociedade para o desenvolvimento das análises e argumentos a serem apresentados.

2 A relação entre empreendedores e capitalismo

Para iniciarmos a abordagem proposta é conveniente conhecer na literatura sociológica e econômica os mecanismos de formação e transformação do sistema capitalista industrial, assim como o papel do empreendedor econômico no período clássico da formação do capitalismo¹. No entanto, para Fernando Henrique Cardoso (1972), a teoria socioeconômica sobre o capitalismo não é conclusiva em relação à ação empresarial e a própria função dos empreendedores quando se trata do desenvolvimento atual da economia ocidental “[...] no capitalismo monopolista das áreas altamente desenvolvidas e no capitalismo marginal das regiões subdesenvolvidas.” (CARDOSO, 1972, p.19).

¹ Análises de Werner Sombart, Max Weber e Joseph Schumpeter, desenvolvidas no decorrer de suas trajetórias, assim como críticas anteriores de Karl Marx, proporcionam o delineamento básico para a compreensão da questão. “[...] O grupo de economistas com o qual Schumpeter mais se identificou quando veio para a Sociologia foi o chamado *Youngest Historical School*. Da qual os membros-chaves eram Max Weber, Werner Sombart, e Arthur Spiethoff [...]” (SCHUMPETER, 1961, p.45).

Com o passar do tempo, o conceito de sociedade capitalista passou a ser menos expressiva devido à incorporação da expressão sociedade industrial. Conforme indica o autor, os aspectos político-sociais passam a ser mais relevantes na explicação do processo econômico e na análise dos padrões que definem as formas estruturais da sociedade. Prova disso é que na Teoria do Desenvolvimento Econômico a atividade empresarial aparece como uma função na dinâmica do desenvolvimento. Para explicar a afirmação, Fernando Henrique Cardoso cita Joseph Schumpeter (1961):

Basicamente, a função empresarial nas economias capitalistas consiste, para Schumpeter, na combinação nova dos meios de produção e de crédito: ‘o empreendimento de novas combinações denominamos empresa e os indivíduos cujas funções é realizá-las, empreendedores’ (SCHUMPETER, 1961, p.103). Sem novas combinações não há desenvolvimento econômico, embora possa haver crescimento [...]. Só quando as transformações se originam no âmago do sistema, rompendo o ponto de equilíbrio através de inovações na combinação dos elementos de produção, tem-se um processo de desenvolvimento [...] (CARDOSO, 1972, p.24).

Segundo Octávio Ianni (1989), no país subdesenvolvido, a industrialização é simultaneamente um processo de ruptura com o presente, podendo envolver até mesmo um rompimento com o sistema econômico social vigente, em suas dimensões internas e externas. “Em alguns casos a ruptura é total, como ocorre nas nações que optam pelo desenvolvimento segundo o modo socialista de organização da produção.” (IANNI, 1989, p.98). Em outros casos dá-se apenas uma interrupção ocasional, uma quebra transitória daquelas relações da nação consigo mesma e com o exterior. “É o que está ocorrendo no Brasil [...]”, considera o autor que salienta que o desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista.

[...] No processo de conversão do capital agrícola, comercial, e bancário em capital industrial, essa doutrina constitui-se como uma visão prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patriarcal se converte em Estado Burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. [...] É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder. (IANNI, 1989, p.98).

Em contornos mais gerais, sob a perspectiva de Octávio Ianni (1989), no contexto em que foi gerado o desenvolvimento nacional, a classe dirigente tomou delineamentos cada vez mais nítidos. Para o autor, a singularidade das relações dessa classe, com o proletariado, a burguesia agrária exportadora, o capitalismo internacional e o Estado funda-se na configuração *sui generis* em que se realizou a conversão da economia agrária exportadora em uma economia voltada em grau crescente para o mercado interno.

O que singulariza a burguesia industrial no Brasil é que a sua hegemonia está repartida em outras facções da burguesia e se apóia, deliberadamente, em composições sucessivas com o proletariado, em conjunto ou em suas facções. Antes de mais nada, a burguesia industrial foi gerada no bojo das crises do capitalismo mundial [...] (IANNI, 1989, p.109).

Neste sentido, compreende-se que na nova conjuntura, a decisão econômica torna-se de certa forma uma decisão total, ou seja, econômica, política e social, que para ser posta em prática dependerá do jogo de influências, persuasão e imposição.

Por isso a necessidade de compreender a classe dirigente e, no caso da pesquisa em andamento, compreender em especial a ação dos modernos líderes econômicos, os empreendedores, pois além de criar novas combinações, eles tem a tarefa de dar continuidade à organização, pondo em prática técnicas que asseguram vantagem econômica através de novas práticas comerciais, financeiras e/ou de produção. Sendo assim, as antigas práticas empresariais passam a orientar-se por formas de pensamento e ação social de novo tipo.

Fernando Henrique Cardoso (1972, p.32) considera que “[...] o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político [...]”. Entretanto, o autor pontua que esta transformação não se deu porque o espírito do capitalismo mudou e com ele os desígnios, os motivos, a consciência e o sentido da ação dos empresários, mas porque o capitalismo, isto é, as condições de realização do lucro no mercado e as condições de inversão, modificaram-se.

Na época das grandes sociedades anônimas, a economia é, cada vez mais política [...]. Política, no sentido de que o controle da sociedade depende da formação de grupos de pressão nas empresas, do poder de decisão alcançado através das alianças que se formam nas assembleias de acionistas, como mostra Berle, e das alianças entre grupos econômicos. [...] Mas, política, sobretudo, porque a concentração de capitais e a divisão do mercado mundial obrigam,

de forma crescente, o surgimento na cena econômica de um novo personagem para garantir a prosperidade: o Estado. (GILLMAN, 1961; DOBB, 1961 apud CARDOSO, 1972, p.33).

No capitalismo contemporâneo não houve alteração substancial. O papel do capitalismo de Estado e os efeitos dessa forma de capitalismo, somado a outros fatores sobre o ciclo econômico passam a ser levados em consideração. A distribuição da força de trabalho no sistema produtivo e nas relações dentro da empresa, os desenvolvimentos recentes do capitalismo impuseram modificações, conforme indica Fernando Henrique Cardoso (1972). Neste sentido, o funcionamento do sistema capitalista acaba resultando na politização da economia, tanto no ajuste que se faz necessário entre as empresas para evitar a concorrência, quanto no apelo que se faz necessário a estímulos externos para a criação de condições novas de inversões lucrativas. Isso leva Fernando Henrique Cardoso a concluir que

O Estado se torna então tanto um instrumento que “regula” a divisão do mercado entre empresas gigantes (nos desenvolvimentos mais completos desta tendência aparecem os planos “reguladores” do tipo de plano francês e a noção de “economia concertada”), quanto um meio de absorção dos excedentes econômicos [...]. Somando-se a isto o papel decisivo dos Estados nacionais na expansão imperialista e na reorganização da política exterior para permitir o neocolonialismo, tem-se uma idéia bastante nítida do peso da política nacional sobre a prosperidade das empresas. (CARDOSO, 1972, p.41-42).

Por este motivo o autor argumenta que as elites dirigentes da economia no capitalismo contemporâneo tornaram-se, ao mesmo tempo, elites políticas, pois ultrapassar as fronteiras da própria empresa é uma forma de garantir-lhe o êxito. Assim, Fernando Henrique Cardoso demonstra que no plano das relações dos grupos econômicos com o Estado, obter novos contratos governamentais e impelir o governo a estratégias que permitam a continuação da prosperidade tornam-se condições para a realização de lucros crescentes, e o controle de opinião pública, nas sociedades de massa, torna-se algo necessário para o êxito capitalista: “[...] É preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas [...]” (CARDOSO, 1972, p.42).

Nesse novo contexto, a liderança empresarial redefiniu-se no jogo de influências junto à assembléia de acionistas, ou junto ao governo, nas composições entre grupos de burocratas das empresas, na habilidade de convencer a clientela, na persuasão das agências financiadoras para a obtenção de apoios entre grupos financeiros, dentre outros aspectos apontados por Fernando Henrique Cardoso (1972). Em sua percepção, a complexidade das decisões na economia moderna ultrapassa a busca pela realização de um fim econômico, a capacidade de coordenação, de persuasão e imposição políticas torna-se vital.

Pelo fato de o lucro supor relações de dominação e, portanto, políticas, é possível compreender o porque de na época do capitalismo concorrencial as funções dos empreendedores também acabam sendo políticas, incorporando novos tipos de elites dirigentes dentro da camada proprietária. Sendo assim, o empreendedor moderno cria novas condições para influir sobre a política econômica visando assegurar a prosperidade capitalista e garantir contratos e privilégios governamentais para sua organização.

3 Atuação nas economias subdesenvolvidas

Para alcançarmos o objetivo de analisar os empreendedores nas economias subdesenvolvidas, colocamos nosso foco nas peculiaridades do processo econômico que explicam as diferenças no comportamento social e na mentalidade dos industriais que operam nas economias periféricas e, como salienta Fernando Henrique Cardoso, nas ações dos empreendedores que modificam o estágio de subdesenvolvimento da economia destas áreas. Atualmente, designa-se a realidade como uma Economia de Mercado, como é o caso do Brasil, com um mercado largamente controlado pelo Estado e o governo intervém como agente empresarial. Por tudo isso,

[...] os mecanismos de acumulação de capital, de obtenção de lucros, de inversão econômica e de utilização da capacidade empresarial redefiniram os empreendedores, nas economias subdesenvolvidas, como categoria social. (CARDOSO, 1972, p.46).

Para isso o autor determinou as características do comportamento social dos industriais brasileiros e a mentalidade industrial existente, tentando defini-las totalidades singulares que se constituíram a partir de condições específicas,

que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica. Assim, o autor busca uma explicação para a atividade industrial no Brasil a partir de da gênese de duas variáveis: as dependências funcionais e significativas entre as condições de mercado e o tipo social de empreendedores existentes no Brasil.

Para o autor, a camada industrial no Brasil caracteriza um modo de organização da produção cujas características essenciais estão definidas por determinações gerais e particulares que envolvem por um lado capitalismo moderno, imperialismo, sociedades industrializadas, sociedades agrárias tradicionais, países desenvolvidos, regiões subdesenvolvidas, por outro lado, as tensões entre países de economia socialista planificada e países com economia monopolística ou de livre empresa, definem as condições de possibilidades de organização da produção.

Assim, no esforço para explicar o processo de formação da ordem industrial-capitalista no Brasil, a partir da constituição da camada empresarial, Fernando Henrique Cardoso tenta compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mercado e sociedade.

Deste ponto de vista, os mecanismos de formação dos preços nas economias subdesenvolvidas ou as técnicas de obtenção de capitais, por exemplo, podem explicar algumas práticas empregadas pelos industriais brasileiros que, julgadas pelo prisma do “capitalismo ortodoxo”, seriam “irracionais”. Não reside neste ponto, contudo, a crítica fundamental a este tipo de análise mecânica do *take-off*. O problema básico consiste em verificar sociologicamente como se deflagrou a industrialização [...] (CARDOSO, 1972, p.49).

O autor acaba supondo que as condições exteriores da ação empresarial instigam os empresários a descobrir mecanismos econômicos de defesa e reação que salvaguardam os lucros empresariais. Para sintetizar a análise das características sociais da camada empresarial, o autor introduz uma discussão sobre a imagem que de si mesmo formam os empreendedores e o grau de consciência que tem do processo de desenvolvimento industrial e de modernização no Brasil, analisando especificamente as ideologias dessa camada, observando como se delineiam nos vários grupos de industriais as alternativas de futuro para o país e determinando as formas de consciência social que alcançam para explicar o papel que exercem na sociedade brasileira.

A partir do que foi exposto até então, é pertinente que se faça uma abordagem a cerca do desenvolvimento econômico e da camada empresarial. Fernando Henrique Cardoso (1972) cita Walt Whitman Rostow (1961) ao tratar da questão do desenvolvimento social que se caracteriza pela maneira como as comunidades utilizam os recursos econômicos, naturais ou criados, para mover-se de uma situação de relativa estagnação no sentido de uma situação de dinamismo.

As forças impulsionadoras do desenvolvimento contam com uma análise dinâmica, para além da caracterização abstrata de suas etapas, com o encontro de duas ordens de fatores: recursos naturais favoráveis à industrialização mais ciência moderna e objetivos sociais capazes de motivar a ação modificadora dos homens, criando pré-condições para o arranco econômico, entendido como a generalização do aumento da produtividade. Passados alguns anos do citado arranco, a economia atinge uma fase de maturidade.

Por isso, para a análise das etapas de desenvolvimento a elite dirigente aparece como fator importante, pois dela se espera a dinamização do sistema produtivo e da sociedade. Além disso, é preciso haver uma redistribuição de poder nos países subdesenvolvidos para que as velhas elites econômicas, que também detém o controle político, dêem lugar a uma nova elite.

4 O desenvolvimento econômico por meio da política nacional

Fernando Henrique Cardoso chama atenção para o processo de transformação na ação, na mentalidade e na ideologia dos empreendedores. Segundo o autor, a relação entre o desenvolvimento econômico e ação empresarial supõe a generalização da história dos países nos quais houve o “desenvolvimento originário” para os países subdesenvolvidos. Naqueles países, onde a rigor não houve subdesenvolvimento nos termos em que o autor o define, a invenção de um modelo de ação econômica racional e o primado da classe econômica por excelência – a burguesia – são a história do desenvolvimento. No caso do “desenvolvimento originário”, a expansão do capitalismo industrial explica, na dinâmica do circuito econômico de produção, como a burguesia se constituiu em grupo empresarial e camada dominante de cada sociedade local e, ao mesmo tempo, numa classe de conquistadores. Por isso,

[...] Política e economia com o surgimento do modo capitalista tornaram-se a mesma coisa. Sem dúvida a primeira ficava obscurecida na aparência quotidiana, pois dominação de classe e ação empresarial estavam tão solidamente ligadas que nos mecanismos do mercado a ação política, embora

realmente continuasse a existir, desaparecia da percepção social comum. E na produção capitalista as relações formalmente livres e contratuais entre capitalistas e assalariados escondiam a violência da dominação de classe. O Estado Burguês, por outro lado, enquanto Estado Nacional, fazia com que as classes antagônicas de cada sociedade industrializada existissem no mundo indiferenciadas na qualidade de “povo dominador”. (CARDOSO, 1972, p.79).

A história do capitalismo coincidia nas sociedades que realizaram o período clássico do desenvolvimento industrial com a história dos empreendedores e, no âmbito do mercado mundial, coincidia com a história das nações industrializadas sob a égide da burguesia conquistadora.

Ainda na discussão sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, Fernando Henrique Cardoso cita Hélio Jaguaribe (1962) considera que o Estado deve intervir para completar em proveito da iniciativa privada a obra iniciada pelos empreendedores brasileiros. Hélio Jaguaribe afirma que o impulso de industrialização do Brasil partiu exclusivamente da iniciativa privada, conforme explicita Fernando Henrique Cardoso na citação:

[...] Na inércia do Estado, que durante os quinze anos do primeiro governo de Vargas só teve a iniciativa de construir a Usina de Volta Redonda, foi a iniciativa privada brasileira que, empiricamente, sem plano nem deliberada assistência do Estado, enfrentou a crise econômica do país, desenvolvendo a indústria substitutiva das importações. (JAGUARIBE, 1962, p.176 apud CARDOSO, 1972, p.80).

Além disso, o autor aponta a necessidade para a correção das limitações que o crescimento espontâneo impõe ao desenvolvimento, fomentando-se planos estatais de estímulo direto e indireto à iniciativa privada. A explicação de Hélio Jaguaribe acerca do desenvolvimento coincide com a de Celso Furtado (1961) que considera que o processo de desenvolvimento passa a ser analisado como um esforço para a constituição do capitalismo industrial.

O desenvolvimento econômico do Brasil como processo político-econômico-social implica não apenas na formação de uma indústria de bens de capital e no automatismo do crescimento econômico, como na formação e dinamização de novas classes capazes de redefinir o equilíbrio tradicional de poder e de romper a estagnação econômica (que são duas formas de expressão da mesma situação de subdesenvolvimento) no plano interno e no plano externo [...] (CARDOSO, 1972, p.84).

Em outra direção, Fernando Henrique Cardoso pontua que Hélio Jaguaribe demonstrou os interesses antagônicos, ou seja, obstáculos, que se antepuseram ao impulso do desenvolvimento econômico brasileiro, como por exemplo, os planos coordenados pelo Estado no segundo governo de Getúlio Vargas que se viram frustrados pela recusa do governo de Dwight Eisenhower de reconhecer os compromissos assumidos pelo governo de Harry Truman. De forma análoga, os planos desenvolvimentistas da administração de Juscelino Kubitschek não tiveram o apoio das agências internacionais de desenvolvimento controladas pelos países capitalistas.

Conforme expõe Octávio Ianni (1989), os interesses e classes representados pelos que defendiam a tese de que o Estado deveria apenas estabelecer as regras, sem atuar, estavam sendo superados por outros interesses e outras classes. Já não é mais possível “[...] defender princípios liberais numa sociedade em que a burguesia industrial precisa ‘vencer’ a agrícola, redefinir as relações do país com o capital externo e quando o proletariado se tornou uma forma decisiva política [...]” (IANNI, 1989, p.90).

Sendo assim, o autor relata que em 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira quis programar e realizar a aceleração do desenvolvimento industrial, em especial na indústria de base, deixou de lado o Conselho Nacional de Economia, que representava a orientação liberal, e criou o Conselho do Desenvolvimento.

Com técnicos trabalhando em programas, projetos e técnicas destinadas a dinamizar e diversificar imediatamente a produção, o governo estimulava a expansão e criação de empresas privadas, ao mesmo tempo que realizava empreendimentos estatais e mistos. (IANNI, 1989, p.90).

Não por acaso Fernando Henrique Cardoso (1972) questiona como diante do peso dos interesses internos e externos contrários ao desenvolvimento, originou-se a diferenciação da economia brasileira e começaram a fazer-se sentir, concomitantemente, os efeitos da civilização industrial. Verificar o tipo de movimento social que deu lugar às aspirações e à formação da sociedade industrial moderna seria uma alternativa, mas Fernando Henrique Cardoso (1972) demonstra que também é preciso determinar o tipo de controle a que a nova sociedade está submetida, ou seja, saber a que grupos sociais cabem as decisões fundamentais quanto à produção e ao consumo, quais os suportes econômico-sociais da dominação instaurada e por que meios se processa o controle da sociedade industrial.

[...] o proletário e a burguesia industrial urbana, a crer na bibliografia existente, aparecem como os principais núcleos sociais dinâmicos do desenvolvimento, aos quais somam-se os setores intelectuais e militares da classe média urbana que correspondem ao outro extremo do radicalismo pequeno-burguês. Assim, na análise da maioria dos autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – aos quais se deve a maior parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento – a aliança entre estas duas classes parece ter possibilitado o impulso desenvolvimentista. (CARDOSO, 1972, p.87).

Octávio Ianni compartilha da percepção de Fernando Henrique Cardoso ao expor como a burguesia joga com as classes assalariadas, para vencer a burguesia agrária, elevar as poupanças e controlar o circuito do capital. Neste sentido, o proletário se apossou do nacionalismo e procurou dar-lhe outro sentido, ao acentuar-lhe um componente menor, incidental.

[...] no processo de envolvimento de todas as classes sociais, o desenvolvimentismo nacionalista também alcançou o proletariado, levando-o a dar cobertura política a uma classe que está jogando em duas frentes. Para ascender e assegurar o poder, em face da burguesia agrária e do proletariado, a burguesia industrial criou a ficção da burguesia nacional, como se o capital tivesse nacionalidade, no âmbito do capitalismo. (IANNI, 1989, p.104).

Entretanto, Fernando Henrique Cardoso revela que, por um lado, os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo em São Paulo, foram relativamente acanhados até meados da década de 1950. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais como de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem organizar grupos de pressão. Fernando Henrique Cardoso salienta que somente depois da inversão maciça do capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como plano da sociedade global.

Por fim, a formulação das soluções e a condução do processo político coube a grupos sociais ligados às antigas classes médias e à pequena burguesia recém formada. “Expressiu-se através do nacionalismo como uma ideologia ‘desenvolvimentista’ e ‘estatizante’ que teve a defendê-la [...] as chamadas elites intelectuais.” (CARDOSO, 1972, p.94). Estas se propuseram transformar o

nacionalismo num movimento de inspiração intelectualista capaz de tornar-se aspiração de todo o povo. Assim, “[...] a vontade coletiva deveria exprimir-se pelo Estado que, acima das classes e orientado por planos racionais de base técnica, deveria conduzir o desenvolvimento econômico.” (CARDOSO, 1972, p.94).

Os grupos e setores dominantes, contudo, encaram a atividade governamental como básica, para a própria prosperidade do sistema privado de produção, conforme demonstra Octávio Ianni, a partir da citação de Raimar Richers et al. (1963) na obra *Impactos da ação do governo sobre as empresas brasileiras*.

Essa burguesia é francamente favorável a qualquer iniciativa governamental que vise ao desenvolvimento econômico, contanto que esta não interfira na esfera tradicionalmente reservada a iniciativa privada. E acredita no valor do planejamento como estímulo à iniciativa privada e ao desenvolvimento da nação, reconhece que o governo deva exercer determinadas funções e atividades econômicas, mas nega-lhe o direito de exercer controles diretos sobre a empresa privada e desconfia de sua capacidade de funcionar como empresário produtivo. (IANNI, 1989, p.91).

Prova disso são os resultados de uma investigação feita junto a empresários brasileiros, citados por Ianni, que demonstra que grande parte deles (76,4%) reconhece ter-se beneficiado com a simples divulgação de planos governamentais, muitos deles chegaram a adotar decisões especiais, ampliando ou reorientando a produção, às vezes até fundando novas empresas. Outros 72% também reconhecem que as atividades empresariais diretas do governo tem contribuído para o desenvolvimento econômico do país, além de 52% afirmar que a atividade empresarial do poder público veio preencher lacunas, agindo onde a atividade privada não podia fazê-lo, como no caso de atividades de base, além de economizar divisas e beneficiar as indústrias que dependem de certas matérias-primas. “[...] A política de criação de economias externas realiza os seus objetivos e é compreendida pela burguesia industrial [...]” (IANNI, 1989, p.92).

5 Considerações Finais

Observamos que a burguesia industrial tem desenvolvido, mais do que uma política, uma estratégia para responder aos desafios que o desenvolvimento e a formação da sociedade de massa colocam. Nas análises dos autores que nos respaldaram, fica explícito como os empresários se sentem subjetivamente

acuados, como define Fernando Henrique Cardoso, e como objetivamente, antes reagem, acomodando-se, do que conduzem o processo político. “[...] Apenas começam a perceber que seus interesses de classe, para se realizarem, precisam transformar-se nos interesses de toda a sociedade e que, por isto mesmo, a burguesia industrial precisa ter um projeto de dominação política.” (CARDOSO, 1972, p.186).

De acordo com as leituras realizadas observou-se que a burguesia industrial acabou apoiando a única política cabível, que era a de atrair capitais estrangeiros para setores que, mesmo sem ser de base, davam um impulso imediato ao mercado e supriam com custos altos, a falta de esforço da economia nacional. Não é a toa que os autores citam que a ação política da burguesia diz respeito ao processo de dominação política numa sociedade em que a industrialização se faz através do consumo amplo.

Entretanto, dado que nunca chegou a complementar-se no Brasil o que se poderia chamar de Revolução Burguesa, o ritmo de transformação das instituições políticas e de participação das forças populares nas decisões políticas é lento e instável. Assim, a burguesia industrial fica dividida, não sabendo o posicionamento das massas populares (organizações sindicais, grupos nacionalistas e frações políticas mais radicais), ao mesmo tempo temendo a revolução e o imobilismo. Tantas incertezas exprimem as dificuldades e contradições que condicionam a prática política da burguesia nacional. Prova disso é que a dominação burguesa, no Brasil, realiza-se através de uma sociedade que oscila entre o imobilismo ao reformismo, cujas grandes soluções vão dos golpes e contra-golpes ao populismo esclarecido.

Por isso, de acordo com o que deparamo-nos no decorrer do levantamento bibliográfico, a situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesse tradicionalmente constituídos com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. E como salienta Fernando Henrique Cardoso, criando assim a possibilidade mais temida: de perder as chances históricas de exercício plena da dominação de classe.

Para finalizar, estabelecemos uma ligação dessa discussão promovida por Fernando Henrique Cardoso, com o debate atual sobre a ação política da burguesia industrial no processo de desenvolvimento dos dias de hoje, para se pensar as relações entre classe e Estado, assim como a ação política desta fração de classe no momento histórico atual. O autor Luiz Carlos Bresser Pereira (2007) salienta que tanto os empresários industriais quanto a burocracia pública que dirigiram o Brasil entre 1930 e 1987 só voltarão a ter o prestígio e o poder quando forem capazes de ajudar a construir um novo projeto de nação. “[...] O Estado que hoje existe no Brasil é um Estado democrático mas que voltou a ser liberal e dependente, e, portanto, incompatível com a retomada do desenvolvimento econômico.” (PEREIRA, 2007, p.106). Além disso, o autor afirma que sua alta burocracia pública, refletindo o estado de ânimo da sociedade brasileira, está confusa e desorientada pela falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

[...] Enquanto não voltar a existir um projeto de Nação no Brasil, enquanto a coalizão política dominante contar com empresas multinacionais e interesses estrangeiros no Brasil, não haverá desenvolvimento econômico. Só quando voltar a existir no país uma coalizão política ampla da qual façam parte das classes dirigentes a alta burguesia industrial e alta burocracia pública o Brasil poderá voltar a realmente se desenvolver. Enquanto isso não acontece, o país se manterá quase-estagnado – crescendo porque o capitalismo é dinâmico, mas vendo sua distância em relação aos países ricos aumentar ao invés de diminuir, como seria de se esperar. (PEREIRA, 2007, p.106-107).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1972.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

PEREIRA, L. C. B. Burocracia pública na construção do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.28, p.9-30, 2007.

RICHERS, R. et al. **Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1963.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

